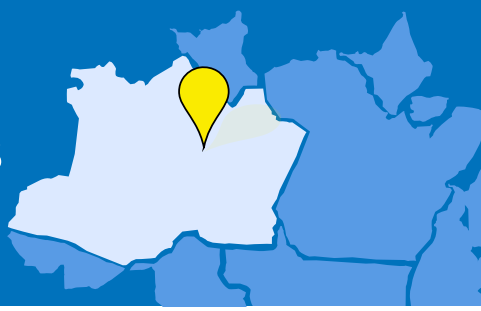
Mapeamento de Refugiados Indígenas em Manaus



Entre outubro e dezembro de 2023, o ACNUR, em parceria com o Instituto Mana, realizou 12 ações de mapeamento da comunidade refugiada indígena de Manaus.

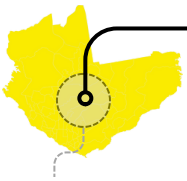
OBJETIVO: Traçar o perfil e as necessidades dos refugiados indígenas que vivem em Manaus

METODOLOGIA: entrevistas voluntárias e sistematizadas no proGres (banco de dados do ACNUR)

Durante o mapeamento, o ACNUR atualizou os dados de **425** pessoas indígenas da Venezuela, 55% da população indígena que foi registrada em Manaus desde 2022 (767 pessoas*). Durante o exercício, **53 novos indivíduos** foram identificados e registrados.

MANAUS

62% das pessoas indígenas que vivem em Manaus possuem dados atualizados ou são recém registradas.

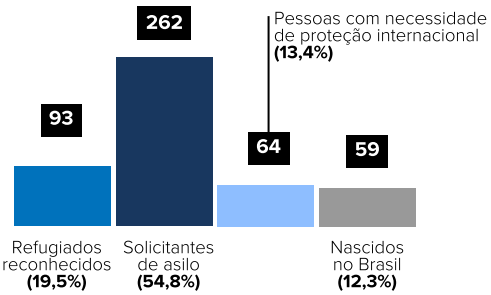


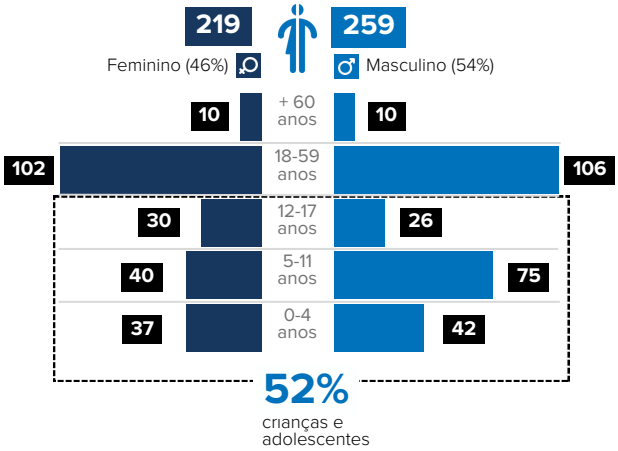
3,7 pessoas e **1,9** crianças por domicílio em média

478 pessoas indígenas da Venezuela identificadas, sendo **476** Warao e **2** Pemon

130 grupos familiares

250 crianças e adolescentes





DISTRIBUIÇÃO POR BAIRROS

Total de indivíduos indígenas mapeados e proporção dos grupos familiares e das crianças e adolescentes mapeadas por bairro.

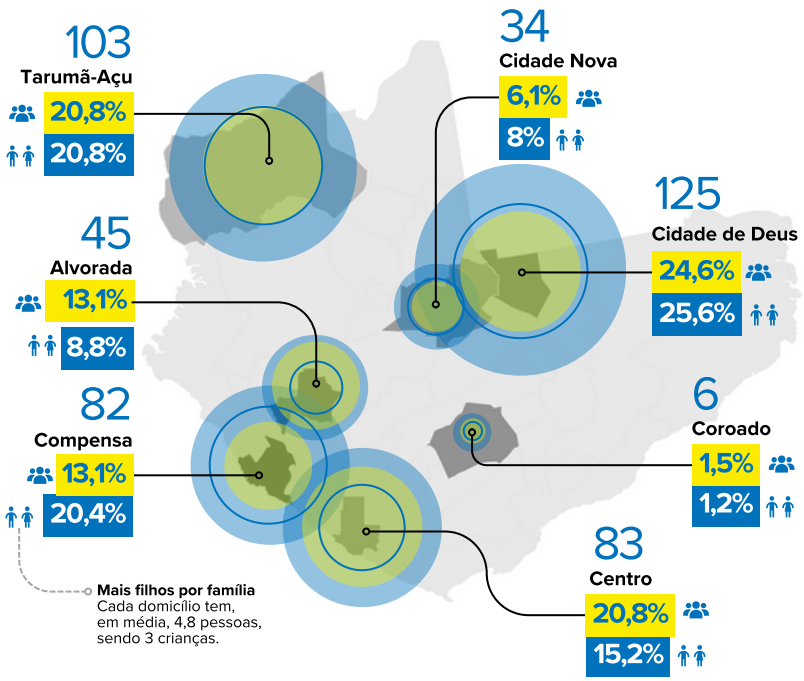
80% vive perto de abrigos
20% outras áreas

A **maioria das famílias vive próxima ao Abrigo** Indígena Tarumã-Açu, no bairro homônimo, ou a abrigos que antes eram direcionados à população indígena refugiada, localizados na **Cidade de Deus, Compensa** e **Centro**.

No entanto, famílias em áreas de Manaus que não eram tradicionalmente ocupadas por essa população, como Cidade Nova ou Alvorada, indicam **crescente dispersão** pela zona urbana.

LEGENDA

- # indivíduos indígenas mapeados no bairro
- % parcela das famílias mapeados no bairro
- % parcela das crianças e adolescentes mapeados



*A Organização dos Indígenas Venezuelanos no Amazonas e Brasil (OIVAB) estima que cerca de 600 pessoas indígenas da Venezuela viviam em Manaus em junho de 2023.

NECESSIDADES DE PROTEÇÃO E POSSÍVEIS RESPOSTAS

Foram identificados indivíduos com potenciais obstáculos no acesso a direitos e serviços básicos. Além destes, foram identificadas 8 mães solo, 10 pessoas sem documentação, 6 sobreviventes de violência de gênero, 3 com desnutrição, 7 PCDs e 4 crianças sem responsável legal. A partir das principais necessidades mapeadas, recomendam-se possíveis respostas para a garantia da proteção.

EDUCAÇÃO Crianças fora da escola — **79**

Metade das crianças escolar não está na escola. Para incentivar matrículas, o poder público pode reconhecer formalmente e apoiar os **Centros de Estudos Warao** das organizações comunitárias, fortalecendo seu vínculo com a comunidade.

RENDA Famílias sem fonte formal ou informal — **77**

Apenas **44% dos domicílios** têm ao menos um adulto gerando renda regular, formal ou informalmente. Demandam-se ações diretas e sistemáticas para ampliar o acesso a oportunidades, reconhecendo a **diversidade de experiências da comunidade**.

HABITAÇÃO Pessoas vivendo em condições inadequadas — **37**

Condições inadequadas de saneamento e moradia estão presentes na **Alvorada, Centro, Cidade de Deus e Compensa**. Devido à incidência de doenças ligadas à pobreza ou respiratórias entre a população Warao, deve-se priorizar ações de **saúde preventivas** e de **vigilância** nestes bairros.

SAÚDE Pessoas com questões graves ou crônicas — **18**

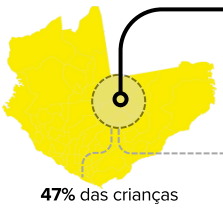
Há **barreiras linguísticas e culturais** no acesso à Saúde. Por isso, incentiva-se capacitar e buscar oportunidades de contratação de **Agentes Indígenas de Saúde (AIS)** refugiados para facilitar a integração da comunidade à rede pública.

ASSISTÊNCIA SOCIAL Famílias sem acesso a programas sociais — **12**

Obstáculos podem ser logísticos, dadas as **distâncias** dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ou relacionados à **falta de informação**. Formações continuadas para a rede podem aprimorar as capacidades de **atendimento culturalmente sensível** e fortalecer a adequação da comunicação.

LEGENDA

- # Crianças em idade escolar fora da **escola**
- % Pessoas adultas com **trabalho regular**
- # Pessoas com questões de **saúde** graves
- % Famílias com acesso a **programa socioassistencial**



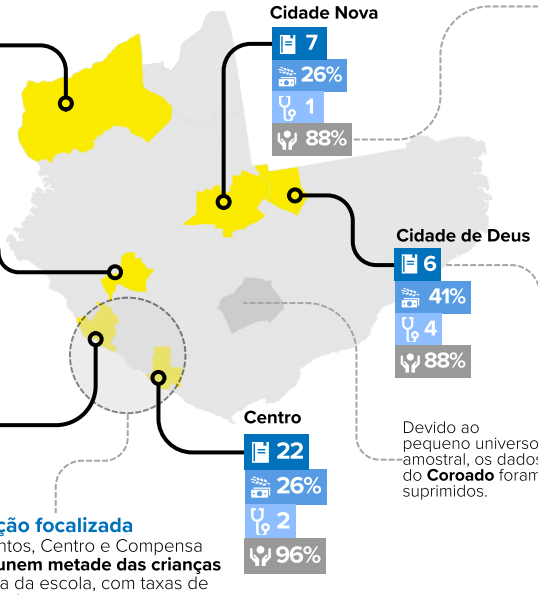
47% das crianças entre 4 e 17 anos estão fora da escola

MANAUS

79 | 32 % | 18 | 90%

Oportunidades para empregabilidade

Com base na experiência e no interesse da comunidade, recomenda-se focar nas áreas da **Agricultura, Logística, Artesanato e Construção Civil**. Pode-se explorar oportunidades de acesso e **uso da terra;** fomentar a inserção da comunidade **na cadeia do buriti** e a inclusão em **canais de venda** para impulsionar o artesanato. Encoraja-se divulgar a Educação de Jovens e Adultos **(EJA)** e ampliar e direcionar a oferta de **cursos de idioma** em bairros-chave.



Atenção especializada

No bairro, há quadros relacionadas à Saúde da Mulher e do Idoso. Na área também estão 50% das puérperas. Deve-se considerar **aprimorar os serviços de saúde especializados** na área, incluindo os itinerantes.

Comunicação e proteção social

Algumas pessoas entrevistadas afirmam desconhecer os programas do SUAS e seus critérios de elegibilidade. **Estratégias de comunicação públicas** acessíveis e culturalmente sensíveis, preferivelmente **audiovisuais,** e articulação **com lideranças** podem impulsionar a informação pública.

Fortalecimento da Proteção

O incentivo à participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (**SCFV**) pode aprofundar o nível de proteção e promover integração da comunidade.

Ação focalizada

Juntos, Centro e Compensa **reunem metade das crianças** fora da escola, com taxas de matrícula de 12% e 42%, respectivamente.

Devido ao pequeno universo amostral, os dados do **Coroado** foram suprimidos.

Boas práticas comunitárias

Em 2023, com apoio do ACNUR e parceiros, líderes do bairro fizeram uma **campanha de matrícula escolar**. O impacto foi positivo: 80% das crianças da Cidade de Deus estão na escola. As Secretarias de Educação podem **replicar a iniciativa** em áreas estratégicas, em colaboração as lideranças.

O ACNUR Brasil agradece o apoio de todos os seus doadores incluindo:

Doadores privados do ACNUR Brasil:

O ACNUR Brasil também agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.